



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Representações Sociais e Relações Intergrupais

Pedro Alexandre Feliciano de Almeida Marcelino

Orientador de Dissertação:

Professor Doutor Virgílio Amaral

Coordenador de Seminário de Dissertação:

Professora Doutora Teresa d'Oliveira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

Mestre em Psicologia Social e das Organizações

2007

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Virgílio Amaral, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para a obtenção de grau de Mestre na especialidade em Psicologia Social e das Organizações, conforme despacho da DGES n° 19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar com um agradecimento especial para o orientador desta monografia, Professor Doutor Virgílio Amaral, por toda a disponibilidade e interesse durante o desenvolvimento deste artigo.

À Professora Doutora Teresa D'Oliveira, agradeço o apoio fornecido no âmbito do seminário e a disponibilidade na resolução e esclarecimento das questões que surgiram ao longo do percurso de elaboração da tese.

Á minha esposa Ana Magalhães, pelo companheirismo, compreensão, paciência, apoio e força que me deste ao longo deste percurso, indispensável em cada momento.

Aos meus pais e irmão por todo o apoio e pelos incentivos constantes. Ao Alípio e à Guadalupe gostaria de manifestar o meu agradecimento por todo o apoio proporcionado ao longo de todos estes meses.

Por ultimo, gostaria de agradecer a todos os meus amigos a compreensão pela minha indisponibilidade e ausência.

## RESUMO

Desde o seu surgimento, o estudo das Representações Sociais tem sido explorado por diversas áreas, aplicado aos mais diversificados contextos sociais. Este trabalho enquadra-se no estudo das representações sociais. O objectivo deste artigo consiste em estabelecer uma compreensão da relação entre os conceitos Representações Sociais e Relações Intergrupais, através de um levantamento de literatura e das teorias apresentadas. O artigo começa com uma breve introdução ao tema em análise, incluindo um enquadramento da história do estudo dos conceitos. O leitor ficará a conhecer os processos sociocognitivos das representações. Seguidamente são apresentadas diferentes teorias das relações intergrupais. Finalmente é explorada a dinâmica das múltiplas relações estabelecidas pelos indivíduos e respectivas interacções com o mundo social representado. A literatura sugere uma interacção dinâmica entre a realidade social representada e as relações que estabelecemos. A representação social do grupo de pertença de um indivíduo ou indivíduos com os quais estabelecemos uma interacção, condiciona o tipo de interacção que estabelecemos, tendo enquanto referência os grupos de pertença. No entanto, a própria natureza da interacção estabelecida com os vários elementos de um determinado grupo social contribui para a uma representação social mais abrangente. Assim, deparamo-nos com uma dinâmica em que o primeiro condiciona o segundo e este por sua vez modela o primeiro. O artigo termina com algumas considerações e sugestões para estudos futuros.

Palavras-chave: Representação social, Relações Intergrupais, Relações interpessoais

## RESUME

Since its appearance, the study of Social representations has been explored by several areas, applied to diversified social contexts. This work relates to the study of social representations. The aim of this article is to establish a comprehension of the relations between the concepts of social representations and intergroup relations, through a search on the existing literature and on the presented theories. The article begins with an introduction to the theme in analysis, including an overview of history of studying the concepts. The reader will be presented with the socio cognitive processes of the representations. Then several theories of intergroup relations are presented. Finally the dynamic of the multiple relations established by the individuals is explored, as well as the interaction with the represented social world. Literature suggests a dynamic interaction between the represented social reality and the relations that we establish, having as reference, the groups to which we belong. The social representation of a group to which an individual or individuals belong, with whom we establish, an interaction, greatly determines the type of interaction we establish. However, the nature of the interaction itself, established with several members of a certain social group contributes to a more comprehensive social representation. Thus we encounter a dynamic in which the first conditions the second, and the second shapes the first. The article ends with some considerations and some recommendations for future studies.

Keywords: Social representation, Intergroup relations, Interpersonal relations

|   |    |
|---|----|
| Introdução  | 1  |
| Representações Sociais e Cognição                   | 8  |
| Relações Intergrupais                               | 10 |
| Teorias das Relações Interpessoais                  | 12 |
| Teoria da Identidade Social e da Auto-categorização | 12 |
| Teoria da Dominância Social                         | 16 |
| Teoria da Justificação do Sistema                   | 18 |
| Representações Sociais e Relações Intergrupais      | 19 |
| Grupos Sociais e Identidades Sociais                | 22 |
| Considerações Finais                                | 24 |
| <br>Bibliografia                                    |    |

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se explorar as potencialidades do estudo das representações sociais em articulação com outras áreas da psicologia social, nomeadamente, com as teorias das relações intergrupais.

Serge Moscovici, figura central da psicologia social europeia (Jesuino, 1993), publicou em 1961 a obra *La Psychanalyse, son Image et son Publique*, abrindo caminho a um novo campo na psicologia social: o estudo das representações sociais. Esta obra lançou uma questão específica - como é que o conhecimento científico é interiorizado, transformado e utilizado pelo individuo - e uma problemática mais geral - como é construída a realidade. O âmbito deste trabalho incide nesta última questão.

Moscovici conceptualizou as representações sociais como um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originados na vida quotidiana no decurso da comunicação inter-individual (Moscovici, 1981). Na mesma linha de ideias, Jodelet considera-as como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, composto por saberes práticos, que contribuem para a construção de uma realidade comum e a uma união social. (Jodelet, 1989,).

Quanto à sua função interpretativa, as representações sociais regulam as nossas relações e orientam o nosso comportamento. As representações influem ainda em processos tão diversos como a construção de identidades pessoais e sociais, a difusão e a assimilação de conhecimento, as acções de resistência e de mudança social e o comportamento intra e intergrupar. Enquanto elementos cognitivos, as representações sociais são o resultado de uma actividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade (Jodelet, 1989).

As representações sociais estão interligadas a sistemas de pensamento mais abrangentes, ideológicos ou culturais, e a um conjunto de conhecimentos científicos. As instâncias institucionais, os meios de comunicação intervêm na sua elaboração, através de processos de influência social. Jodelet refere ainda que as representações sociais formam sistemas e originam “teorias espontâneas”, versões da realidade que resultam em imagens cheias de significação.

As representações sociais são conceptualizadas como saberes funcionais ou teorias sociais práticas. Estas permitem a organização significativa do real e desempenham um papel preponderante na comunicação: todas as interações humanas, quer estas aconteçam entre dois indivíduos ou entre grupos, pressupõem essas representações. Sem dúvida que isso é o que as caracteriza. (Moscovici, 1984).

Assim, as representações sociais desempenham o papel de guias da acção, uma vez que modelam e constituem os elementos do contexto no qual esta ocorre (Moscovici, 1961) e desempenham, ainda, certas funções na conservação da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo (Jodelet, 1989).

Segundo Vala (1993), afirmar que as representações são *sociais* envolve a utilização de três critérios: *critério quantitativo* - uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos; *critério genético* - uma representação é social no sentido em que é colectivamente produzida (as representações sociais são o resultado da actividade cognitiva e simbólica de um grupo social); e *critério funcional* - as representações sociais constituem guias para a comunicação e a acção (as representações sociais são teorias sociais práticas).

Segundo Moscovici (1988), a passagem do conceito de representação coletiva de Durkheim para o conceito de representação social deveu-se à necessidade de transformar a representação numa ponte entre os mundos social e individual, unindo-os na visão de uma sociedade em mudança que resultou numa mudança na terminologia. O objectivo do autor recaía sobre perceber a inovação em vez da tradição, e a elaboração vida social em vez do já preestabelecido.

Existem três vias pelas quais uma representação pode tornar-se social. As representações podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (um partido, uma nação etc.) sem terem sido produzidas por esse mesmo grupo. Estas representações *hegemónicas* prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas e parecem ser uniformes e coercivas. Outras representações são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de

grupos que estão em contacto mais ou menos próximo. Cada grupo cria as suas próprias representações e partilha-as com os outros. Estas representações *emancipadas*, possuem um certo grau de autonomia, tendo uma função complementar uma vez que resultam da partilha de um conjunto de interpretações e de símbolos. Por último, existem as representações que são originadas no decurso de um conflito ou controvérsia social e que não são partilhadas pela sociedade no conjunto. Estas representações *controversas* devem ser ponderadas no contexto de uma oposição ou luta entre grupos (Moscovici, 1988).

Resumindo, as representações sociais tomam o lugar das representações colectivas porque as últimas não consideram a sua diversidade de origem e a sua transformação. De acordo com Moscovici (1989), a teorização clássica das representações peca por as considerar como preestabelecidas e estáticas.

Moscovici avança com a expressão *sociedade pensante* para situar o estudo das representações sociais: quando estudamos as representações sociais, o que estamos a estudar são seres humanos a questionarem-se e à procura de respostas, seres humanos que pensam, não apenas que lidam com informação ou que agem de determinada forma. (Moscovici, 1981).

De acordo com o autor, o paradigma da *sociedade pensante* questiona as teorias que ilustram os nossos cérebros de sistemas que processam mecanicamente a informação em função dos condicionamentos exteriores, pondo causa igualmente as teorias para as quais os grupos e os indivíduos estão sempre sob o domínio das ideologias elaboradas e impostas pela classe social, pelo Estado, pela Igreja ou pela Escola, e que os pensamentos e palavras são apenas reflexos dessas ideologias. Em contrapartida, o paradigma da sociedade pensante assume que os indivíduos e os grupos são tudo menos receptores passivos, e que estes pensam autonomamente, produzindo constantemente representações e comunicando-as entre si. Desta forma, os factos, as ciências e as ideologias não são mais do que alimento para o pensamento (Moscovici, 1981). O trabalho de Moscovici (1961) constitui um dos marcos que assinala o corte com o modelo segundo o qual as representações constituem mediações entre os estímulos e as respostas, e a emergência de um novo modelo. Este novo modelo, atribui uma posição de primazia às

representações - estas não são apenas mediações, mas factores constituintes do estímulo e modeladores da resposta, dominando todo o processo (Markus & Zajonc, 1985).

Assim, as representações são elementos produtores de realidade, condicionando a forma como o indivíduo interpreta a situação e a sua subsequente resposta. Segundo este novo modelo, o estímulo e a resposta resultam da actividade construtiva do indivíduo (Moscovici, 1988), isto é, não há uma clivagem entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo ou do grupo (Jodelet, 1989).

O estudo das representações sociais caracteriza-se por uma grande pluralidade metodológica, temática e conceptual. Vala (1993) agrupou as principais questões analisadas pela literatura nesta área nas categorias seguintes: a inscrição social e a natureza social das representações sociais; os conteúdos e a organização interna das representações sociais; a função social e a eficácia social das representações sociais; e o estatuto epistemológico das representações sociais.

Segundo Jodelet (1989), as representações sociais são fenómenos complexos, permanente activados na vida social, constituindo-se de elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos. Na mesma linha de ideias, Vala (1993) refere que o conceito de representação social remete para um fenómeno psicossocial complexo, cuja riqueza torna difícil a produção de um conceito que o delimite e simultaneamente não esbata a sua multidimensionalidade.

Existem inúmeras definições conceptuais das representações sociais, delimitando-as em dimensões e aspectos específicos. Estas incluem na maioria dos casos conceitos de âmbito psicológico ou psicossociológico (e.g. atribuição, crença, atitude, esquema, opinião) e conceitos de âmbito sociológico ou antropológico tão ou mais vastos do que o próprio conceito de representação (e.g. ideologia, cultura, sistema de valores), relativamente aos quais o conceito de representação social “confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articulatórias do binómio indivíduo-sociedade” (Vala, 1993).

Segundo Moscovici (1961), na formação das representações sociais intervêm dois processos: a objectivação e a ancoragem. Estes processos estão intrinsecamente ligados um ou outro e são modelados por fatores sociais.

A objectivação refere-se à forma como são organizados os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, isto é, se tornam expressões de uma realidade vista como natural.

O processo de objectivação é constituído por três etapas. Na primeira, as informações e as crenças acerca do objecto da representação sofrem um processo de selecção e descontextualização, permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas parte da informação disponível é retida. Este processo de selecção e reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório e está dependente das normas e dos valores grupais.

A segunda etapa da objectivação corresponde à organização dos elementos. Moscovici define os conceitos de esquema e nó figurativo para evocar o facto dos elementos da representação estabelecerem entre si relações estruturadas.

A última etapa corresponde à naturalização. Os conceitos retidos no nó figurativo e as respectivas relações agrupam-se como categorias *naturais*, adquirindo materialidade. Assim, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstracto torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas.

A ancoragem, por um lado, precede o processo de objectivação e, por outro, situa-se na sua sequência. Enquanto processo que precede a objectivação, a ancoragem refere-se ao facto de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: o objecto da representação é pensado a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos. Enquanto processo que sucede a objectivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, nomeadamente permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (Moscovici, 1961).

A ancoragem contribui para uma instrumentalização do saber conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989).

Vala (1993) refere que o conceito de ancoragem tem algumas afinidades com o conceito de categorização: ambos desempenham o papel de estabilizadores do meio e de redutores de

aprendizagens. Ainda assim, na opinião do autor, o processo de ancoragem é mais complexo uma vez que este resulta na produção de transformações nas representações já constituídas. O processo de ancoragem é, a dado momento, um processo de redução do novo ao velho e de reelaboração do velho tornando-o novo.

Os mecanismos de objectivação e ancoragem servem a familiarização do novo, colocando-o inicialmente no nosso quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sob controlo (Moscovici, 1981).

Desde a década de oitenta, numerosos estudos têm sido realizados sobre a estrutura das representações (Abric, 1984; Flament, 1989; Sá, 1996). Segundo Doise (1992), estes estudos possibilitaram a redução da incerteza relativamente às fronteiras entre os elementos constituintes e não constituintes das representações sociais.

Flament (1989) defende que o núcleo central de uma representação corresponde a uma estrutura que confere coerência e sentido à representação. À volta do núcleo central, e por este organizados, encontram-se os elementos periféricos. Estes elementos desempenham uma função importante. Os elementos periféricos asseguram o funcionamento quase instantâneo da representação enquanto grelha de descodificação de uma situação: estes indicam de forma bastante específica o que é normal (e por oposição o que não o é), e portanto aquilo que é necessário compreender e memorizar. Estes esquemas normativos conferem à representação um funcionamento económico sem que seja necessário analisar a situação a cada instante, através do recurso ao princípio organizador que é o nó central.

Vários estudos têm colocado em evidência o facto de uma população poder ter práticas em desacordo com a representação. Na opinião de Flament (1989), estes desacordos inscrevem-se nos esquemas periféricos que se alteram, protegendo por algum tempo, o núcleo central.

A pesquisa em representações sociais apresenta um carácter fundamental e aplicado e recorre a metodologias variadas: experimentação no laboratório e no terreno; entrevistas;

questionários; técnicas de associação livre de palavras; observação participante; análise de documentos e de discursos; etc. (Jodelet, 1989).

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), propõem metodologias de investigação, oferecendo análises bastante detalhadas sobre os laços privilegiados que existem entre os métodos de análise dos dados e os objectos teóricos no estudo das representações sociais. De acordo com os autores, um problema relevante nos estudos sobre as representações sociais é que a sua matéria-prima é constituída por recolhas de opinião e de atitudes individuais, implicando reconstituir os princípios organizadores comuns aos conjuntos de indivíduos. Esta tarefa implica o recurso a variadas técnicas de análises de dados. Na opinião de Farr (1992), uma das características que caracteriza a pesquisa em representações sociais é o facto de não privilegiar nenhum método de pesquisa específico. Trata-se de uma tradição de pesquisa muito heterogénea e não prescritiva no que respeita à metodologia.

Alguns autores privilegiam os estudos de terreno em detrimento dos estudos de laboratório (Farr, 1992; Moscovici, 1988). Farr (1992) argumenta que as representações sociais, pela sua própria natureza, devem estar situadas na cultura e na sociedade, e não num laboratório. É necessário que sejam observadas no local, isto é, no terreno.

A questão da metodologia prende-se com a questão dos níveis de análise. Doise (1982) distingue quatro níveis de análise nos trabalhos dos psicólogos sociais. Ao nível intra-individual estão incluídos os modelos que descrevem o modo como os indivíduos organizam a sua percepção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que estão inseridos. A interacção entre o indivíduo e ambiente social é negligenciada nestes modelos - são os mecanismos que, ao nível do indivíduo, lhe permitem organizar as suas experiências, que constituem o seu objecto de análise. No nível inter-individual ou situacional encontram-se os modelos que descrevem a forma como os indivíduos interagem numa determinada situação, não considerando as várias posições que estes possam ocupar fora dessa situação. O nível posicional integra os modelos que recorrem explicitamente às várias posições ou estatutos sociais que os indivíduos ocupam previamente a qualquer interacção, para explicar as diferentes modalidades de interacção, isto é, os indivíduos já não são considerados como intermutáveis. Finalmente, o nível ideológico integra os modelos que descrevem a forma como as representações e os comportamentos dos indivíduos, numa dada

situação, são modelados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias veiculadas pela sociedade.

Segundo Doise (1984), o estudo das representações sociais engloba vários níveis de análise e beneficia da sua articulação. De acordo com o autor, é exactamente o trabalho de articulação de níveis de análise que constitui o objecto próprio da psicologia social.

## Representações Sociais e Cognição

Numa revisão de literatura subordinada ao tema das representações sociais, Vala (1993) sistematizou as principais diferenças entre as orientações da cognição social e as orientações na análise das representações sociais: a) nas representações sociais, o estudo dos conteúdos e a sua articulação com contextos históricos e configurações culturais ou ideológicas é um problema nuclear, enquanto que na cognição social, os conteúdos não são, geralmente, relevantes, na medida em que se visa a elucidação de processos universais; b) na cognição social, as questões fundamentais centram-se em torno dos processos internos através dos quais o conhecimento se forma e se transforma, enquanto que nas representações sociais, o acento tónico é colocado nos processos de interacção e de influência que orientam a construção e a dinâmica do pensamento social; c) a cognição social é orientada pela tradição molecular em psicologia (compreender o conhecimento equivale a descrever sucessivos processos e estruturas simples) enquanto que nas representações sociais o pensamento social é concebido numa perspectiva molar, articulando e envolvendo configurações de conhecimentos; d) nas representações sociais, o plano cognitivo é articulado com os planos avaliativo e emocional, enquanto que as correntes dominantes na cognição social procuram prescindir das emoções, ainda que actualmente se façam alguns esforços no sentido da interligação das cognições, emoções e motivações (Vala, 1993).

De facto, no início dos anos noventa, o modelo dominante na cognição social considerava o indivíduo como avarento cognitivo. O ponto central deste modelo é que o indivíduo é conceptualizado enquanto processador de informação de capacidade limitada, podendo lidar, num dado momento, exclusivamente com uma pequena quantidade de informação. Assim, o indivíduo

adopta estratégias para simplificar problemas complexos. Estas estratégias podem não produzir respostas normativamente correctas, mas aumentam a rapidez e a eficiência.

Consequentemente, os erros e enviesamentos no tratamento da informação são considerados como produto de características inerentes ao próprio sistema cognitivo, e não devidos à interferência de motivações. No entanto, na década de noventa assistiu-se à emergência de um novo modelo na cognição social. Neste, o indivíduo é conceptualizado enquanto tatico-motivado: um pensador altamente empenhado que detem múltiplas estratégias cognitivas disponíveis e opta por uma delas em função dos objectivos, dos motivos e das necessidades: por vezes um tatico-motivado escolhe correctamente, de acordo com os interesses da adaptabilidade, e por vezes este opta defensivamente, de acordo com interesses de economia de tempo ou de auto-estima (Fiske e Taylor, 1991).

A pesquisa elaborada neste sentido veio aproximar estas duas linhas de pesquisa. Diversos autores consideram que uma articulação entre o paradigma da cognição social e as representações sociais poderá ser benéfica para ambas (Codol, 1984; Jahoda, 1988; Vala, 1986, 1993). Vala (1986) ilustra como ao accionar o conceito de representações sociais se consegue um olhar novo sobre os problemas formulados e analisados no quadro do paradigma da cognição social.

Como já foi referido, a busca de articulação entre níveis de análise (Doise, 1982) constitui o ponto fulcral da matriz epistemológica que orienta o projecto da psicologia social. Vala (1993) considera particularmente frutífera a articulação entre o conceito de representação social e o conceito de esquema, e apresenta algumas semelhanças e diferenças entre estes dois conceitos.

Ambos os conceitos pressupõem que a actividade cognitiva e simbólica, isto é, ambos atribuem um papel determinante às estruturas cognitivas na produção do conhecimento social. Quer os esquemas quer as representações sociais são vistos como produto de um mesmo processo básico - a categorização. E, em ambos os casos, o processo de categorização não é restringido à organização do meio, mas é também concebido como princípio organizador das relações entre os agentes sociais (Vala, 1993).

Quer os esquemas quer as representações sociais são conceptualizados como estruturas de conhecimento que guiam e facilitam o processamento da informação social. Contudo, as representações sociais, diferentemente dos esquemas, são consideradas como estando profundamente ligadas aos processos intergrupais, sendo criadas através das interações sociais.

Relativamente às diferenças: no conceito de esquema o conhecimento é conceptualizado enquanto resultado de um processamento de informação, onde interagem dados e teorias, enquanto que o conceito de representação social acentua as dimensões do conhecimento que resultam da aplicação das teorias, esquecendo como e de que forma essas teorias são activadas pelos dados. Assim, ao passo que os fenómenos conhecidos por erros ou enviesamentos são considerados, nas teorias sobre os esquemas, como um resultado de um processamento da informação, no quadro de análise das representações sociais esses mesmos fenómenos são resultado da utilização de teorias implícitas.

A pesquisa na área dos esquemas tem-se debruçado sobre a organização interna das estruturas cognitivas - este problema não tem merecido o mesmo investimento no domínio das representações sociais, com excepção dos trabalhos sobre a estrutura das representações sociais (Abric, 1984; Flament, 1989). Esta articulação com a cognição social não deve ser confundida com uma submissão da teoria das representações sociais aos modelos da cognição social.

## Relações Intergrupais

O mundo social é organizado através de interacções de reciprocidade entre os indivíduos e a sociedade. Esta relação complexa entre forças psicológicas e sociológicas assegura que ambos se influenciam mutuamente, contribuindo para aquilo que são. A sociedade em si, não se resume apenas a um conjunto de instituições, normas e regras, sendo também um conjunto de indivíduos que estão associados a diferentes grupos sociais que não partilham necessariamente das mesmas ideologias e valores.

As relações sociais são muitas vezes marcadas pelo conflito. Grupos diferentes têm posições sociais diferentes, podendo ter conflito de interesses ou de valores. O desejo de

preservar ou de mudar a ordem das coisas por parte de um grupo, vai quase sempre inevitavelmente colocá-lo em conflito com outros grupos. No entanto as relações sociais não se tratam apenas de conflitos, havendo também testemunhos da capacidade de nos preocuparmos e ajudarmos os outros, independentemente do seu grupo de pertença.

Os indivíduos pertencem a uma variedade de grupos sociais, incluindo aqueles que se referem ao seu género, origem étnica, profissão, religião e língua entre tantos outros. Estes grupos podem ser mais ou menos inclusivos. Por exemplo, um grupo étnico incluirá tanto homens e mulheres, que por seu turno pertencerão a diferentes grupos profissionais e sociais. Assim, existem grupos que incorporam grupos sociais menos inclusivos.

As relações intergrupais são normalmente entendidas enquanto interação entre dois indivíduos pertencentes a grupos sociais diferentes e que se identifiquem com esses grupos (Tajfel, 1982). Devido ao facto desses grupos tipicamente diferirem no que diz respeito a poder social e status, existe um risco latente para o conflito. Existe uma tendência generalizada para avaliar o grupo de pertença ou endogrupo de uma forma mais favorável do que grupos aos quais o indivíduo não pertença ou exogrupo (Hewatone, Rubin, & Willis, 2002). O estudo das relações intergrupais tem desempenhado um papel central na compreensão dos processos motivacionais e perceptivos que governam as respostas dos indivíduos a membros dos exogrupos.

O grupo é caracterizado por um grau de similaridade entre os membros numa determinada dimensão, diferenciando os indivíduos que são membros dos que não o são. Tanto a similaridade intragrupal como a diferenciação intergrupala são elementos cruciais da definição estrutural dos grupos. Para além destas características estruturais, os grupos podem igualmente ser definidos de acordo com factores dinâmicos. Os grupos aos quais o indivíduo pertence, não são definidos arbitrariamente, são grupos significativos. A pertença e a identificação com esses grupos são aspectos importantes do auto conceito do indivíduo e da sua identidade. Os grupos satisfazem várias funções como coesão social, partilha de interesses e objectivos comuns.

Várias abordagens teóricas têm sido bem sucedidas na explicação das relações intergrupais. Estas forneceram conclusões que vão desde o nível pessoal até ao nível grupal.

## Teorias das Relações Intergrupais

### Teoria da Identidade Social e da Auto-categorização

Uma das teorias das relações intergrupais mais conhecidas é a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982). A teoria da identidade social surge da aplicação dos trabalhos de Tajfel sobre os efeitos da categorização na acentuação da percepção das diferenças às relações intergrupais. Como foi referido, a identificação social implica a ocorrência de processos de categorização, identidade e comparação social.

Segundo Tajfel (1982), as categorias sociais são divisões descontínuas do mundo social em classes ou categorias distintas, em que os objectos ou acontecimentos sociais equivalentes passam a estar reunidos em grupos. Desta forma, torna-se mais fácil aos indivíduos definirem a posição que ocupam em relação aos vários grupos sociais que compõem a sociedade. As categorias sociais surgem assim como um sistema de auto referência criando e definindo o lugar do indivíduo na sociedade (Tajfel & Turner, 1979).

A identificação é concebida como um processo de autolocalização ou de localização dos outros num sistema de categorias sociais. A identidade social é o conjunto de identificações relevantes usadas para a autodefinição. O conhecimento do indivíduo de que pertence a certos grupos sociais juntamente com algum significado emocional e de valor que atribui a essa pertença são aspectos fundamentais no processo de identificação. A identidade social poderá ainda ser definida como o autoconceito enquanto membro de grupos, representando a dimensão do autoconceito decorrente da pertença a grupos sociais (Tajfel, 1972).

O conjunto de autoimagens que constituem o autoconceito pode localizar-se ao longo de um continuum, com características de categorias sociais no pólo social e características de individuação no pólo pessoal (Tajfel, 1982).

Esta teoria centra-se essencialmente na identidade social e no comportamento grupal (acção em termos grupais), em vez de se preocupar com a identidade pessoal ou com o

comportamento interpessoal (acção em função do indivíduo). Esta teoria oferece uma análise ao nível grupal das relações intergrupais.

A Teoria da Identidade Social postula o comportamento social num continuum interpessoal-intergrupar. Desta forma, as pessoas agem ou em termos do indivíduo ou em termos do grupo (Turner & Reynolds, 2004). No entanto, nenhum destes comportamentos tem alguma probabilidade de ocorrer na vida real. O comportamento dos indivíduos é apenas parcialmente determinado pela sua pertença grupal. Evidências científicas demonstram que o indivíduo e o endogrupo estão relacionados (Smith & Henry, 1996), sugerindo que o comportamento social é uma expressão tanto da individualidade como do indivíduo enquanto membro do grupo. A identidade social é inicialmente derivada dos grupos de pertença dos indivíduos. Esta teoria postula que em situações intergrupais relevantes, em que as pertenças grupais são salientes, os indivíduos irão agir enquanto membros dos seus grupos em vez de agirem enquanto indivíduos com as suas características pessoais.

Uma noção básica na teoria da identidade social é que as comparações sociais entre grupos, têm o propósito de estabelecer distinção intragrupal positiva. Consequentemente, identidade social positiva afecta a identidade pessoal de uma forma positiva (Turner & Reynolds, 2004). Um dos pressupostos estabelecidos por esta teoria é a da tendência dos indivíduos em pensar no seu grupo como sendo melhor do que os outros grupos, manifestando favoritismo pelo endogrupo. As experiências conduzidas com base no paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, Billig, Bundy, & Flament, 1971) apontaram para uma tendência de enviesamento do endogrupo mesmo na ausência de conflito grupal. Este fenómeno é justificado pelo facto de os elementos do grupo se sentirem melhor consigo próprios após se envolverem em discriminação grupal (Lemyre & Smith, 1985). Desta forma, a autoestima do indivíduo é aumentada através da identidade social positiva.

Segundo Brewer (1979), qualquer critério de categorização que sirva de base para classificar um indivíduo como pertencente a um grupo social distinto de outros, pode ser suficiente para causar atitudes diferentes para com esses grupos.

O aspecto crucial na compreensão do significado da discriminação intergrupar na situação dos grupos mínimos é de estes não serem grupos reais, sendo atribuídos arbitrariamente com base num princípio de categorização irrelevante, não tendo os acontecimentos que neles ocorrem grande importância para as vidas dos indivíduos. Ainda assim, nesta situação experimental ocorre uma diferenciação consistente na percepção social e nos julgamentos entre endogrupo e exogrupo.

De acordo com Horwitz & Rabbie (1982), o indivíduo sente-se melhor entre indivíduos que partilham os mesmos objectivos, ou o mesmo destino.

Os membros dos grupos respondem a uma norma grupal genérica e implícita que favorece o grupo de pertença em detrimento dos outros. Segundo Tajfel & Turner (1979), o indivíduo considera as suas pertenças grupais como componentes da sua identidade pessoal. O desejo de se comparar favoravelmente com os outros leva ao favorecimento do respectivo grupo de pertença.

A tendência para favorecer o endogrupo em detrimento do exogrupo aumenta quando existe uma semelhança explícita entre indivíduos do endogrupo. Este favorecimento também ocorre quando existe uma percepção do endogrupo, enquanto entidade, ou quando existe um grande espírito de competição entre os grupos (Horwitz & Rabbie, 1982).

Os factores como competição intergrupar e similaridade com o endogrupo influenciam a saliência das distinções entre endogrupo e exogrupo. O grau de diferenciação intergrupar, numa determinada dimensão, é dado pela relevância dessa dimensão na distinção grupal e pela medida em que essa dimensão favorece o endogrupo. O favorecimento do endogrupo é um processo que visa mais a aceitação dos membros do grupo de pertença do que propriamente a exclusão dos membros do exogrupo (Brewer, 1979).

A autopercepção dos indivíduos determina se estes agem a um nível interpessoal ou a um nível intergrupar. De acordo com Turner & Reynolds (2004), a auto percepção das pessoas varia entre a percepção enquanto indivíduo (identidade pessoal) e a percepção enquanto membro de um grupo (identidade social). As pessoas movimentam-se ao longo do continuum interpessoal-intergrupar e categorizam-se em termos individuais ou colectivos dependendo do contexto. O

comportamento grupal ocorre quando a identidade social é mais saliente do que a identidade pessoal. Esta é a essência da teoria da identidade social (Turner, 1999, Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987). Esta teoria postula que diferentes níveis de autocategorização originam uma auto percepção que varia entre identidade pessoal e social. À medida que a autocategorização se torna mais social, ocorre uma despersonalização, o que significa que as características pessoais desempenham um papel menos importante nas relações intergrupais.

O autoconceito inclui duas formas de identidade: uma de esfera pessoal e outra de esfera social. A Identidade pessoal diz respeito a atributos específicos dos indivíduos, enquanto a identidade social denota a pertença do indivíduo a vários grupos sociais formais e informais. No polo puramente interpessoal toda a interação ocorrida é determinada pelas relações pessoais entre os indivíduos e pelas suas características pessoais respectivas. Como afirma Tajfel (1982), este pólo é meramente teórico, pois é muito difícil imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja afectado pelas categorias sociais a que pertencem. No extremo intergrupai, todo o comportamento é determinado pela sua pertença a categorias sociais diferentes. Este pólo de identificação não é meramente teórico, sendo possível encontrar exemplos muito claros em situações reais (Op. cit).

Considerando os efeitos da categorização social, verifica-se que quanto mais próxima uma situação estiver do pólo intergrupai mais uniforme será o comportamento dos membros de cada grupo em relação aos membros do outro grupo. Por outro lado, quanto mais próxima uma situação estiver do pólo interpessoal, mais variável será o comportamento dos indivíduos de cada grupo em relação aos membros do outro grupo (Tajfel, 1982).

A transição do funcionamento cognitivo da identidade pessoal para identidade social deverá corresponder à mudança do comportamento interpessoal para o comportamento intergrupai. O próprio processo de categorização parece assim estimular a comparação social. Este processo de comparação social é um conceito desenvolvido na teoria da comparação social de Festinger, que sustenta que os indivíduos recorrem a comparações quando não podem confirmar se o seu conhecimento é acertado. Assim os indivíduos comparam-se com os seus semelhantes em dimensões para eles relevantes, sendo essas comparações sociais e

interindividuais uma forma de estes autoavaliarem as suas aptidões, opiniões e experiências De acordo com a teoria da identidade social essas comparações deixam de ser interindividuais para passarem a ser intergrupais. Se a confiança nos julgamentos que o indivíduo faz depende do consenso dos vários membros do grupo, então, considerando que os grupos adoptam posições diferentes face às mesmas questões, as comparações são realizadas entre endogrupos ou grupos de pertença e exogrupos ou grupos externos (Tajfel, 1982).

As comparações sociais intergrupais têm ainda a função de manter a identidade positiva para o próprio indivíduo enquanto membro do grupo, através da distinção positiva do endogrupo. Estas comparações tenderão sempre a ocorrer em dimensões que reflectem a superioridade do grupo de pertença, dando igualmente origem a uma acentuação das diferenças entre o endogrupo e exogrupo. Desta forma, a discriminação intergrupar é interpretada como uma forma de competição resultante de uma necessidade de uma auto avaliação positiva (Turner, 1975).

A teoria da identidade social considera a identidade num continuum interpessoal-intergrupar, enquanto que a teoria da autocategorização procura explicar quando e como é que uma situação é construída enquanto interpessoal ou enquanto intergrupar ao examinar como os indivíduos se concebem. Neste contexto teórico, a identidade não é estável mais sim um fenómeno contextual e fluido.

## Teoria da Dominância Social

Outra teoria proeminente das relações intergrupais é a teoria da dominância social (Sidanius & Pratto, 1999). Esta procura compreender como as relações sociais hierárquicas são formadas e mantidas. A teoria da dominância social adopta tanto uma abordagem grupal como individual das relações interpessoais. Ao nível grupal postula que a sociedade é estratificada por idades, género e por um sistema arbitrário, que inclui grupos sociais formados por exemplo com base na raça ou etnia, classe ou religião (Pratto, Sidanius, & Levin, 2006). Estes grupos diferem em função de poder social e recursos materiais. A teoria em análise postula que a experiência das relações intergrupais diferem ao longo de três grupos sistémicos bem como entre grupos dominantes e grupos subordinados. Consequentemente, o enviesamento intergrupar é

inconsistente nos diferentes grupos sociais. Por exemplo, grupos de elevado status tendem a demonstrar favoritismo intragrupal, enquanto que grupos de status reduzido demonstram esta tendência num grau mais reduzido. A isto designou-se de hipótese comportamental assimétrica (Sidanius & Pratto, 1999). Assim, membros de um grupo de elevado status demonstram comportamentos intergrupais que são benéficos para eles próprios com maior frequência do que membros de grupos de status menos elevado.

Uma questão central à teoria da dominância social é a de que o comportamento assimétrico é acompanhado pelo reforço de mitos legitimadores. Estes não são mais do que ideologias, estereótipos, atitudes ou valores que promovem quer a manutenção da inequidade intergrupar quer grandes níveis de igualdade social (Sidanius & Pratto, 1999).

A orientação para a dominância social é um construto central na teoria da dominância social. Esta explora as diferenças no desejo individual para a dominância e inequidade intergrupar. Esta teoria é apenas examinada através desta ferramenta teórica, que lhe confere uma abordagem individual no estudo das relações intergrupais. A teoria da dominância social propõe que as várias formas de discriminação social e estereotipia devem-se a uma hegemonia ideológica que promove a hierarquia social e impossibilita a equidade social. Estes valores ideológicos diferem tanto entre os indivíduos como entre grupos, e são determinados por níveis de orientação para a dominância social.

Uma hipótese que derivou destas ideias é a de que os indivíduos com elevada orientação para a dominância social reforçam mais os mitos legitimadores de hierarquização. Por oposição os indivíduos com reduzida orientação para a dominância social reforçam mais os mitos atenuadores de hierarquização (Sidanius, Pratto & Rabionowitz, 1994). Os homens enquanto grupo pontuam mais alto em termo de orientação para a dominância social do que as mulheres enquanto grupo, e as pessoas pertencentes a grupos dominantes são, de uma forma geral, mais orientadas para a dominância social do que os seu subordinados (Pratto et al., 2000).

Para explicar a variação entre a orientação para a dominância entre e dentro dos grupos, Pratto et al. (2006), propôs que esta orientação seria influenciada por cinco forças. A acrescentar à posição do grupo, género e contexto social como já foi referido, o autor incluiu personalidade e socialização.

## Teoria da Justificação do Sistema

Uma terceira teoria das relações intergrupais é a teoria da justificação do sistema (Jost & Banaji, 1994), que parte da noção de que os subordinados não reforçam o favoritismo intragrupal com tanta facilidade como os dominantes (Rudman, Feinberg, & Fairchild, 2002). Em vez disso, eles interiorizam crenças que servem para manter o status quo, mesmo que isso possa ser em detrimento dos interesses do seu grupo. A teoria da justificação do sistema acrescenta um novo ingrediente ao estudo das relações intergrupais ao identificar as condições sob as quais os membros dos grupos apoiam ações ou crenças que incorrem contrariamente aos interesses do seu grupo.

De acordo com esta teoria, as ideias dos dominantes tendem a ser adoptadas pelos dominados (Jost & Banaji, 1994). Neste contexto, esta teoria relança o velho conceito Marxista da falsa consciencialização que se crê ser necessária numa justificação do sistema (Jost & Banaji, 1994). Uma falsa consciencialização ocorre quando os membros de grupos desfavorecidos se envolvem em legitimação ideológica do próprio sistema que os priva de direitos aos quais deveriam ter acesso (Jost, Burgess & Mosso, 2001). De acordo com Jost e Banaji (1994), potenciais catalizadores de crenças de justificação do sistema são a falta de consciência da classe, isolamento dos grupos privados uns dos outros ou níveis baixos de identificação com o endogrupo. A questão que se coloca é o porquê dos indivíduos se envolverem em justificações de sistema. Para os grupos de elevado status, uma resposta simples é a de que estes beneficiam ao manterem o status quo, e o seu elevado status. O mesmo não se aplica para grupos de status menos elevado. A justificação de um sistema que não favorece nem promove o indivíduo nem o seu grupo de pertença origina conflitos psicológicos (Jost, Pellham, Sheldon & Sullivan, 2003). Tendo isso em consideração, a teoria da justificação do sistema é influenciada pela teoria da dissonância, e sugere que por forma a reduzir a dissonância cognitiva, os indivíduos defendem a legitimidade do sistema social para que a imagem positiva desse sistema possa ser mantida. Assim, ao legitimarem o sistema os indivíduos sentem-se melhor com o status quo e com a posição que ocupam.

## Representações sociais e Relações Intergrupais

A compreensão da evolução e da organização de uma representação, exige a sua integração na dinâmica social, isto é, considerá-la como determinada pela estrutura da sociedade onde se desenvolve (Moscovici, 1961). A estrutura social remete para clivagens, diferenciações e relações de dominação (Deschamps, 1982). Tais clivagens e diferenciações sociais reflectem-se na construção de diferentes representações sociais de um mesmo objecto. As diferenciações no campo social registam-se pelo menos a dois níveis: o nível das condições socio-económicas; e o nível dos sistemas de orientação, desde as normas e valores mais duradouros, até atitudes e motivações específicas (Vala, 1993).

Doise (1992) considera que a significação de uma representação está sempre ancorada nas significações mais gerais que intervêm nas relações simbólicas próprias de um determinado campo social. Este autor colocou a análise das representações sociais no quadro das relações intergrupais, salientando a mútua determinação entre estes dois fenómenos. Como Moscovici (1961) já tinha salientado, se a especificidade da situação de cada grupo social contribui para a especificidade das suas representações, a especificidade das representações contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos sociais.

Nos seus trabalhos, Doise (1984) tem ilustrado de modo claro como a dinâmica das relações entre grupos conduz a modificações adaptativas nas representações e à atribuição ao outro grupo de características que permitem o desencadeamento de comportamentos discriminatórios e a sua justificação. Mas as representações também imprimem direcção às relações intergrupais: previamente à interacção, cada grupo dispõe já de um sistema de representações que lhe permite antecipar os comportamentos do outro e programar a sua própria estratégia de acção.

Segundo Doise (1976), as representações assumem um lugar central nas relações intergrupais, desempenhando três tipos de funções: selecção, justificação e antecipação. A função selectiva traduz-se numa centralidade dos conteúdos relevantes para as relações intergrupais, relativamente aos conteúdos irrelevantes. A função justificativa revela-se nos conteúdos das

representações que veiculam uma imagem do outro grupo que justifica um comportamento hostil em relação a ele e/ou a sua posição desfavorável no contexto da interacção. Por último, a função antecipatória manifesta-se na influência que as representações exercem no próprio desenvolvimento da relação entre os grupos: as representações não se limitam a seguir o desenvolvimento das relações intergrupais, adaptando-se a ele, mas também intervêm na determinação deste desenvolvimento, antecipando-o activamente.

Assim, por um lado, as representações estruturam-se de acordo com as estratégias grupais e, por outro, as representações servem e justificam os comportamentos grupais, isto é, as representações sociais têm uma função de justificação antecipada e/ou retrospectiva das interações sociais (Jodelet, 1989).

Como já foi referido, a perspectiva das representações sociais enfatiza o papel activo dos intervenientes sociais na sua produção e transformação. É necessário, contudo, ter em conta, por um lado, a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, e por outro, a dinâmica social no seu conjunto. A conjugação destes dois factores ajuda a compreender as pressões para a hegemonia e a conseqüente homogeneização de certas representações sociais.

Um dos factores responsáveis pela consensualidade alargada de algumas representações sociais, isto é, pelo seu carácter hegemónico, são os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão. Uma representação só adquire foros de verdade e de realidade quando é partilhada – as imagens veiculadas através do ecrã têm já em si a ideia de consenso, de partilha por uma larga comunidade, o que facilita o conformismo. Por outro lado, as representações vivem de metáforas – a televisão “permite fazer corresponder a cada palavra um rosto, a cada conceito e ideia uma imagem. A expansão do audiovisual mergulhou-nos num mundo de rostos, imagens e símbolos, nos quais se inscrevem as ideias mais abstractas, conferindo-lhes a materialidade de que necessitam para viver, reproduzir-se e tornar-se realidade” (Vala, 1993).

A este propósito é importante referir a afinidade entre a perspectiva prototípica da categorização social e a teoria das representações sociais. Essencialmente, o modelo prototípico postula a existência de dois princípios básicos para a formação das categorias. Primeiro, o sistema de categorias tem por objectivo fornecer a máximo de informação reduzindo o esforço

cognitivo segundo o “princípio da economia” (Rosch, 1978). Segundo, o mundo percebido não é composto por traços equiparáveis, mas por uma estrutura altamente correlacionada. O protótipo é definido como o modelo ou “tipo ideal” que condensa o significado de uma dada categoria (Semin, 1989).

Como foi referido, a diferenciação das representações pode ser compreendida enquanto expressão das diferenciações no tecido social. Numa primeira perspectiva, a diferenciação das representações sociais tem sido associada a diferentes inserções dos indivíduos nos campos das estruturas socioeconómicas e socioculturais. Vala (1993) considera que esta perspectiva, por si só, não dá conta da complexidade do processo em causa. Neste quadro analítico será difícil escapar à imagem como “homem-reflexo”, no contexto da qual os indivíduos são considerados como receptores passivos da ideologia dominante. Tal pressuposto vai contra o paradigma da sociedade pensante que atribui um papel activo aos indivíduos na construção das suas representações.

Numa segunda perspectiva, parte-se do seguinte pressuposto: os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por essas representações que se auto posicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais formam e transformam as representações sociais.

Segundo a teoria da auto-categorização *do eu* (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987), um grupo existe quando os indivíduos integram na sua auto-definição a pertença a uma categoria social produzida pelo processo de categorização. No entanto, é necessário ter em conta que um grupo só existe em relação a outros grupos. Sintetizando, numa perspectiva sócio-cognitiva, um grupo existe quando os indivíduos integram na sua auto-definição a pertença a uma categoria social, sendo esse processo regulado pela interdependência dos grupos sociais. Mas, na opinião de diversos autores, esta noção é demasiado restritiva (Rabbie & Horwitz, 1988; Sherif, 1967). Para estes, um grupo só existe quando um colectivo de indivíduos se auto-percepcionam como interdependentes e possuindo objectivos comuns.

A consideração dos grupos estruturados, caracterizados pela interdependência dos seus membros e pela partilha de objectivos comuns, suscita uma terceira perspectiva de análise da formação e diferenciação das representações sociais. Bar-Tal (1989) considera que um dos factores que melhor permitem compreender a emergência e consolidação dessas crenças é o facto de elas conferirem distintividade ao grupo, tornando-se um dos factores constituintes das suas fronteiras. As representações partilhadas por um grupo estariam, assim, associadas à fundação do grupo e às relações intergrupais.

As relações entre as representações sociais e os processos intergrupais são bastante complexas. Alguns autores têm sublinhado a influência das posições assimétricas dos grupos, tanto nos discursos como nas identidades sociais criadas por esses grupos (Amâncio, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1988; Tajfel, 1983). Embora todos os indivíduos sejam activos na construção das suas representações, a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações. Por outro lado, embora as representações estejam em permanente processo de mutação, a apropriação do “novo” segue uma lógica de ‘conservadorismo’ profundamente ‘sociocêntrica’ (Moscovici, 1988).

## Grupos Sociais e Identidades Sociais

Como foi referido o conceito de grupo surge associado ao processo de categorização social (representação cognitiva da estrutura social em grupos ou categorias) e ao processo de autocategorização (representação cognitiva do posicionamento do eu nos grupos ou categorias sociais (Turner et al, 1987).

De acordo com esta perspectiva Brown (1989) propõe a seguinte definição de grupo: um grupo existe quando dois ou mais indivíduos se percebem como membros da mesma categoria social e quando a existência dessa categoria é reconhecida por, pelo menos um outro indivíduo exterior a essa categoria. Esta definição associa a criação de um grupo a processos sócio-cognitivos e permite abranger no conceito de grupo, quer categorias sociais mais alargadas (e. g. categorias socio-profissionais) quer pequenos grupos (e. g. grupos de trabalho).

Esta definição está em sintonia com a teorização de Tajfel (1972) para quem um grupo só existe em relação a outros grupos. A objectivação de um grupo no quadro desta definição é um processo que resulta simultaneamente de factores internos ao grupo (autocategorização) e de factores externos ao grupo (heterocategorização).

Baseando-se neste conceito de grupo surgiram duas teorias sobre as pertenças grupais e as identidades sociais: a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1986) e a teoria da autocategorização (Turner et al., 1987). Ambas as teorias se inserem na perspectiva da identificação social. Segundo esta perspectiva, e principalmente em termos da teoria da autocategorização, o grupo é definido principalmente em termos cognitivos. O comportamento intergrupar é explicado com base na categorização sem se considerar a interdependência dos grupos ou das categorias em causa.

Segundo Tajfel & Turner (1979), uma vez estabelecida uma categorização não é necessário um conflito real para que a discriminação tenha lugar. De acordo com esta perspectiva, a discriminação intergrupar é um processo que visa a distinção positiva para o grupo de pertença.

A abordagem da identidade social pressupõe que os estereótipos se baseiam em três processos: a categorização social, a identificação social e a comparação social (Tajfel, 1978). O primeiro remete-nos para uma perspectiva cognitiva do fenómeno enquanto que as outras duas fornecem uma perspectiva psicossocial das percepções de variabilidade nos grupos.

Turner (1975) afirma ser indiscutível que os estereótipos são compostos por um processo de diferenciação entre categorias (processo cognitivo). No entanto, o conhecimento de pertença a uma categoria implica uma componente avaliativa e emocional no processo de julgamento, isto é, o valor que o indivíduo atribui aos grupos é igualmente o valor que este atribui a si próprio, enquanto membro desses grupos. O resultado final desse processo é a tendência para uma avaliação mais positiva do endogrupo em detrimento do exogrupo em dimensões importantes para a identidade social dos indivíduos (Op.cit). Assim, os estudos sobre os efeitos da categorização na percepção mostraram que, quando o critério para a categorização divide uma série de estímulos que variam progressivamente numa dada dimensão, ocorre: ao nível da percepção de estímulos físicos, uma acentuação das diferenças intercategoriais e uma tendência

para a acentuação das semelhanças intracategoriais; e ao nível da percepção de estímulos sociais, uma acentuação das semelhanças na percepção de membros da mesma categoria social.

## **Considerações Finais**

Actualmente o estudo das representações sociais constitui uma tradição de pesquisa rica e diversificada e em plena evolução. A teoria das representações sociais tem hoje um alcance internacional. Está bem estabelecida como uma tradição de pesquisa na Europa e na América Latina e recentemente despertou o interesse dos psicólogos sociais norte-americanos. Na opinião de diversos autores, o conceito da representação social surge como reunificador nas ciências sociais (Jodelet, 1989).

O conceito de representação social é actualmente utilizado por um vasto número de cientistas sociais (psicólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, etc.), sendo aplicado no estudo de problemas muito diversos (o ambiente, a justiça, a saúde, etc.), constituindo um campo de investigação vivo e dinâmico.

Moscovici (1984) fala mesmo na “era das representações”. Com esta expressão o autor pretende veicular duas ideias fundamentais: a importância do fenómeno das representações sociais nas sociedades de hoje; e a importância do conceito de representação social no quadro das novas orientações da psicologia social.

Jesuíno (1993) refere no que interior da psicologia social europeia a teoria das representações sociais representa sem dúvida a tentativa mais radicalizada de rompimento com a psicologia social *normal* e a constituição duma disciplina alternativa, estabelecendo a ligação entre a psicologia e a sociologia, entre o indivíduo e a sociedade.

O estudo das representações sociais ilustra uma tendência a que se assiste actualmente no seio da psicologia social de tentativa de articulação entre diversas áreas e de níveis de análise. Esta síntese, que em muitos casos se tem revelado bastante frutífera, não está, no entanto, isenta de ambiguidades.

Nas últimas décadas verificou-se um incremento considerável do número e diversidade de investigações sobre as representações sociais, tendo-se registrado progressos notáveis ao nível metodológico. O rompimento com a psicologia social “normal” continua a constituir um desafio considerável e de elevado potencial.

A articulação de níveis de análise tem possibilitado a integração dos conceitos da cognição social e das teorias das relações intergrupais num quadro integrado e coerente. O conceito de representação social tem permitido fazer a ponte não só entre várias áreas dentro da psicologia social, mas também entre as diversas ciências sociais e humanas.

Facilmente através de uma revisão de literatura pode-se concluir que a articulação dos conceitos das representações sociais e das relações intergrupais, ao ser estudado de forma mais exaustiva e a diversos níveis, poderá ainda fornecer novos dados que contribuam para uma melhor compreensão da forma como os indivíduos interagem entre si tendo como referência as suas respectivas pertenças grupais.

## Bibliografia

Abric, J. C. (1984). *Pratiques Sociales et Representacions*. Paris: Presses Universitaires de France

Abric, J. C. (1984). *A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction*. Em R. Farr & S. Moscovici (orgs.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.

Brewer, M. B. (1979). *The Role of Ethnocentrism in Intergroup Conflict*. In W. G. Austin e S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Human Relations*. Monterey, Brooks/Cole.

Brown, R. J. (1989). *Group Processes: Dynamics Within and Between Groups*. Oxford Basil Blackwell

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Dissertação de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho.

Codol, J.P. (1984). *On the system of representations in an artificial social situation*. Em R. Farr & S. Moscovici (orgs.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.

Deschamps, J.C. (1982). *Social identity and relations of power between groups*. Em H. Tajfel (org.), *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Doise, W. (1984). *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*. Moraes Editores: Lisboa (tradução portuguesa de: *L'Articulation Psychosociologique et les Relations entre Groupes*, Éditions A. de Boeck, Bruxelles).

- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. Em R. Farr & S. Moscovici (org.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales, *Bulletin de Psychologie*, XLV (405), 189-195.
- Doise, W., Clemence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales es Analyses de Données*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Farr, R. (1992). La représentation sociale: la théorie et ses critiques. *Bulletin de Psychologie*, 405, 183-188.
- Fiske, S. (1992). Thinking is for doing: portraits of social cognition from daguerreotype to laserphoto. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 877-889.
- Fiske, S.T. & Taylor, S.E. (1991) *Social Cognition*. Nova Iorque: McGraw-Hill. 2ª edição.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. Em D. Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*. Paris: Press Universitary de France.
- Hewstone, M., Rubin, M. & Willis, H. (2002), Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, 53.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system justification and the production of consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33.
- Jost, J. T., Burgess, D., & Mosso, C. (2001). Conflicts of legitimation among self, group and system: The integrative potential of system justification theory. In J. T. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice and intergroup relations*. Cambridge, UK: University Press.

Jost, J. T., Pelham, B. W., Scheldon, O., & Sullivan, B. N. (2003). Social inequality and the reduction of ideology dissonance on behalf of the system: Evidence of enhanced system justification among the disadvantaged. *European Journal of Social Psychology*, 33.

Horwitz, M. & Rabbie, J. M. (1982). *Individuality and Membership in Intergroup System*. In H. Tajfel (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on 'social representations'. *European Journal of Social Psychology*, 18, 195-209.

Jesuino, J.C. (1993). A psicologia social europeia. Em J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jodelet, D. (1989). Les Représentations sociales: un domaine en expansion. Em D. Jodelet (org.), *Les représentations Sociales*. Paris: Press Universitary de France.

Lemyre, L., & Smith, P. M. (1985). Intergroup discrimination and self-esteem in the minimal group paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49.

Lorenzi-Cioldi, F. (1988) *Individus Dominantes et Groups Domines*. Grenoble: Presses Universitaires.

Markus, H. & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. Em G. Lindzey & E. Aronson (orgs.), *Handbook of Social Psychology* (3rd Ed.), New York: Rondon House.

Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Press Universitary de France.

Moscovici, S. (1981). On social representations. Em J.P. Forgas (org.), *Social Cognition - Perspectives on Everyday understanding*. London: Academic Press.

Moscovici, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. Em R. Farr & S. Moscovici (org.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux Représentations Sociales. Em D. Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*. Paris, Press Universitary de France.

Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L., & Malle, B. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67.

Rabbie, J.M. & Horwitz, M. (1988). Categories versus groups as explanatory concepts in intergroup relations, *European Journal of Social Psychology*, 18, 117-123.

Rosch, E. (1978). Human categorization. Em N. Warren (org.), *Studies in Cross-Cultural Psychology*, Vol.I, Londres: Academic Press.

Rudman, L. A., Feinberg, J., & Fairchild, K. (2002). Minority members' implicit attitudes: Automatic ingroup bias as a function of group status. *Social Cognition*, 20.

Sá, C.P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Semin, G. (1989). Prototypes et représentation sociales. Em D. Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*. Paris: Press Universitary de France.

Sherif, M. (1967). *Social Interaction: Process and Products*. Chicago: Aldine Publ. Company.

Sidanius, J., Levin, S., Liu, J. & Pratto, F. (2000). Social dominance orientation, anti-egalitarianismo and the political psychology of gender: An extension and cross-cultural replication. *European Journal of Psychology*, 30.

Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press.

Smith, E. R., & Henry, S. (1996). An in-group becomes parte of the self: Response time evidence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22.

Tajfel, H. (1972). «La catégorisation sociale». Em S. Moscovici (org.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Vol. 1. Larousse Université.

Tajfel, H. (1982). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge, UK: University Press

Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33.

Tajfel, H. (1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, Vol. I e II, Livros Horizonte, Lda, Lisboa (tradução portuguesa de: *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*, Cambridge University Press)

Tajfel, H., Billig, M.G., Bundy, R.P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 33.

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Ed.), *The psychology of intergroup relations*. Monterey: Brook/Cole.

Turner, J. (1972). Towards a cognitive redefinition of the social group. Em H. Tajfel (ed.) *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: University Press.

Turner, J. C. (1999). Some current issues in research on social identity and self-categorization theories. In R. S. N. Ellemers & B. Doosje (Eds.), *Social identity: Context, commitment, content*. Oxford: Blackwell.

Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P.J., Reicher, S. D. & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A social-categorization theory*. Oxford: Blackwell.

Turner, J. C., & Reynolds, K. L. (2004). The social identity perspective in intergroup relations: Theories, themes and controversies. In M. B. Brewer & M. Hewstone (Eds.), *Self social identity*. Oxford: Blackwell.

Turner, J.C., Hogg, M.A., Oakes, P.J., Reicher, S.D. & Wetherell, M.S. (1987). *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory*. Basil Blackwell: Oxford.

Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais - para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.

Vala, J. (1993). Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social. Em J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.